



abordados de um modo que cuidadosamente tenha em conta as confluências possíveis sem cair em ecletismos que ignorem as dificuldades epistemológicas que, geralmente, acompanham tais sínteses.

As sucessivas narrativas sobre os *media* e sobre o jornalismo implicam sempre uma relação com as teorias anteriores. Há uma atitude exagerada, frequente no campo da Comunicação, que consiste em proclamar a sua autonomia. A teoria do jornalismo emancipa-se mas o seu objecto não *começa do zero* pois a sociologia da cultura e a filosofia já há muito pensavam sobre os problemas mais prementes da relação com a realidade (sociologia do conhecimento e epistemologia); e da produção e da recepção de enunciados (retórica).

A versão oposta não é melhor. Pensa-se a teoria do jornalismo como um acervo de contributos completamente estranhos ao campo jornalístico e que reclamam a superioridade dos saberes de origem apenas para aumentarem a sua importância epistemológica. Nem uma coisa nem outra é saudável: na teoria do jornalismo recebem-se todos os contributos que tenham relevância epistemológica para pensar o jornalismo. Isto implica solidariedade de vários potenciais contributos.

Para se chegar até aí entende-se necessário o roteiro que se segue:

- a) Reflectir sobre o que é hoje o espaço público. Será que as categorias filosóficas e sociológicas que genericamente acompanham esta categoria mantêm utilidade mesmo normativa?
- b) Reflectir sobre a metodologia da análise discursiva. A linguagem e o discurso das notícias são os fenómenos que mais intuitivamente testemunham a presença dos *media* na esfera pública. A chamada *linguistic turn* fez a sua aparição nas Ciências Sociais e, através destas, em muitas teorias que se debruçam sobre o jornalismo e a comunicação. Esta análise do discurso remete para conceitos como seja o de ideologia. Como se verá, a importância hermenêutica deste conceito não diminuiu. Carece, todavia de uma reformulação que apela ao contributo de vários horizontes. Assim se usam as teorias como ferramentas.
- c) É preciso pensar o conceito de vida quotidiana e de senso comum, estudados nomeadamente, pela fenomenologia europeia, por autores que estudaram a cultura sob um ponto de vista marxista (Luckacs e Gramsci, entre outros) e por Robert Park.

### **Sobre o conceito de Publicidade**

O modelo predominante nas sociedades ocidentais implicou, por herança da modernidade, o aparecimento de uma forma de ordenamento que aponta para a maior abertura do sistema político. Este modelo surge associado a um conjunto de direitos, liberdades e garantias (liberdade de informação, liberdade de expressão, liberdade de associação) que reflectem a intenção normativa do controlo por parte da vontade popular. A legitimidade associa-se a uma superação do formalismo centrado na rotação das elites políticas.

Dado o carácter polémico e historicamente localizado de algumas descrições do espaço público e das condições de exercício da profissão jornalística temos que adoptar uma atitude que enfatiza algumas das suas características localizadas por autores que sistematicamente se lhe tem referido. 1) Hoje o espaço público, além dos espaços de comunicação informal enraizados na sociedade civil, implica fortíssimas interações mútuas entre jornalismo, políticos e empresas de sondagens. O espaço público contemporâneo é um espaço mediatizado onde a política se torna irremediavelmente relacionada com as práticas discursivas dos *mass media* em geral, e do jornalismo em particular. 2) É um espaço público fragmentado pela explosão de identidades e pelas novas tensões entre o global e o local. 3) Toda a investigação relevante no campo da cognição demonstram que as relações entre emoção e razão são complexas e que, por isso, a exigência de um espaço

puramente racional não é empiricamente sustentável. Uma análise do espaço iluminista descrito pelos teóricos neo-kantianos demonstra que, mesmo em pleno Iluminismo, a esfera pública teve uma dimensão estética muito forte. Formular exigências dirigidas ao carácter necessariamente racional das instituições mediáticas é compreensível. A informação sensacionalista pode prejudicar a decisão especialmente quando se refere a questões que exigem ponderação. Mas a separação entre um discurso preocupado com a verdade e um discurso centrado na vontade de agradar gera dificuldades. A lógica mediática apela à existência de cenários de representação que alertam para a impossibilidade da existência de uma cena pública sem espectáculo (Gomes, São Paulo, 2004: 192). Quando, ainda por cima, a captação da atenção é formulada em condições de uma concorrência intensa, o problema torna-se mais complexo já que implica a intervenção da economia política e apela a uma discussão sobre as instâncias de regulação.

A análise empírica, certamente tão necessária nas Ciências da Comunicação, implica a descrição das condições em que o jornalismo pode manter o compromisso com a função que lhe é atribuída. Ao identificar a aparição das formas modernas de jornalismo (e a formação do espaço público) com a ascensão da burguesia e dos seus interesses comerciais, as teorias sob o espaço público deram uma chave para a sua compreensão: o jornalismo é uma forma de responder aos anseios das classes urbanas que ascendem à visibilidade associada ao poder. Na versão do racionalismo francês, tal implica um compromisso com os ideais iluministas. A generalidade da história social e cultural, como tive ocasião de assinalar oportunamente citando alguns teóricos (Correia, 1998; Hazard, 1974) confirma a existência de uma mentalidade dominante na generalidade da Europa, algo semelhante à sensibilidade demonstrada. Porém, a maior parte destas descrições reflectem a forma como os participantes se viam a si próprios: as ideias burguesas encaravam-se a si mesmas como universais. Esta observação faz ressoar a concepção de Barthes segundo a qual o papel da semiótica – aplicada ao texto mediático – seria denunciar a ideologia entendida como um conjunto de procedimentos que visavam erguer um conjunto de ideais pequeno burgueses à categoria de ideais universais (Barthes, 1984, 3). A visão que os grandes intelectuais comprometidos com lento processo de ascensão das classes dominantes construíram tem que ser sujeito a uma cuidadosa crítica. A sua doutrinação reflecte, embora de uma forma relativamente autónoma, os interesses daqueles que almejavam alcançar a dominação.

O debate público iluminista abriu a forma moderna de gerir uma controvérsia, na qual se reflectem as diversas propostas, informações e argumentos mobilizados pelos mais variados actores sociais. Estes, todavia, dispõem de recursos diferentes e têm de contar com um *habitus* interiorizado pelos intelectuais que trabalham com esses interesses os quais são chamados a retratar as circunstâncias económicas, políticas e sociais que reflectem, na maior parte dos casos, pensamentos hegemónicos (Gramsci, III, 1977: 2010). Os *media* são um contributo indispensável para a realização de uma democracia viável em circunstâncias de comunidades superpovoadas, dotadas de grande mobilidade. Porém, generaliza-se, no espaço público a presença da influência – uma forma simbólica generalizada de comunicação que recorre à persuasão efectuada por especialistas – à volta da qual se processa uma luta entre actores que não dispõem de oportunidades iguais (Cfr. Habermas, 1996: 362).

O jornalismo rege-se pela simples ideia segundo a qual o poder não escrutinado tende a tornar-se absoluto. Um projecto democrático de sociedade mantém uma incerteza e um inacabamento estruturais e tenta assegurar que as instituições a quem compete controlar e minimizar essa incerteza, não o fazem com o sacrifício da cidadania entendida em termos realistas. Porém, em vez de verificar ou de corrigir os erros ou os desvios dos resultados empíricos a partir de categorias ideais, as teorias devem observar o modo como prática da cidadania se confronta com as condições empíricas da sua realização. Antes de querer mudar coisas é preciso entender como elas

se fazem. A esfera pública no plano da sua análise empírica não é uma instância ideal entregue a intelectuais aos quais compete a realização plena das promessas democráticas e radicais. Em maior ou menor grau, consoante as condições sociais, culturais e económicas dos diferentes países, os proprietários de revistas, das Rádios e da TV gerem esta esfera pública com diferentes graus de empenho e em condições de pluralismo muito diferenciadas, reflectindo as contradições que as sociedades demo-liberais permitem na forma de regulação dos conflitos. Apenas quando o exercício do controlo político é subordinado à exigência de que a informação seja acessível ao público, a esfera pública ganha uma influência institucional sobre o Governo através dos corpo legislativo (Habermas, 1974 apud Calhoun: 1996:289). Isso não acontece ao mesmo tempo em todos os lugares e nas mesmas circunstâncias, nem sequer com a mesma intensidade. A exigência democrática de que a informação seja acessível ao público, entendida em todas as suas consequências, é estruturante da profissão pois o jornalismo se explica historicamente pelo ideal iluminista de esclarecer os cidadãos (Sylvia Moretzsohn, 2007: 25). Mesmo assim, o fim de toda a dominação é, no plano da análise dos dados disponíveis sobre a natureza humana, uma exigência impossível. Até nas condições de abundância das possibilidades tecnológicas de distribuição das mensagens, abertas pelo cabo e pelo digital, há desigualdades de meios e oportunidades no que respeita à possibilidade de dar a conhecer a própria voz.

Parte-se assim do pressuposto de o espaço actual de legitimação do poder (embora raramente, da sua reformulação profunda), permite debates protagonizados por públicos dotados de graus diversos de influência. Os confrontos verificados nesta esfera pública são condicionados pelo retrato da sociedade e pela forma como os jornais representam a política, o que dela dizem ou dela silenciam. Os grupos cívicos são actores que procuram modificar a percepção e interpretação dos problemas sociais. Porém, graças à desigualdade de recursos e, conseqüentemente, de acesso à cobertura jornalística (embora, o jornalismo, genericamente, beneficie as oportunidades de crítica ao poder) tal cobertura raramente permite o tratamento minucioso das perspectivas mais desfavoráveis ao sistema económico e ao sistema político. Os jornalistas recolhem informação e tomam decisões acerca da selecção e apresentação de “programas” e projectos, e também controlam, em certa medida, a entrada a discussão de tópicos, contributos e agentes. Fazem-no de acordo com as regras de um campo cuja autonomia não é total, embora de acordo com critérios que não coincidem sempre com os critérios dos restantes campos com que se confrontam.

Há com certeza, mecanismos duradouros que asseguram uma autonomia forte na aplicação dos critérios exclusivamente profissionais: por exemplo, enfraquecimento duradouro de outras instâncias. Este enfraquecimento pode ser conjuntural (por exemplo, uma mutação busca do regime discursivo e das condições de recepção e da concorrência entre os emissores pode atenuar mecanismos de vigilância instalados) ou estrutural: a existência de concorrência pode prejudicar os interesses dos vendedores de mensagens na distribuição de uma mensagem que apenas reflecta os seus pontos de vista. A pesquisa americana demonstrou que alguns grupos só são persuadidos quando são confrontados com um leque de opiniões divergente. (Klapper, 1960). Assim, Hovland, Lumsdaine e Sheffield (apud Wolf 1987: 37) demonstram que, no caso de pessoas que tinham uma opinião adversa em relação ao que é exposto, é mais eficaz apresentar os argumentos relativos a ambos os aspectos de um tema. Ou seja, impõe-se reconhecer que os proprietários dos *media* defendendo a credibilidade do produto podem reconhecer que é necessário ultrapassarem o ponto de vista que lhes é atribuído: o caso mais evidente em Portugal diz respeito à posição do Dr. Pinto Balsemão como proprietário de um jornal de referência que raramente reflecte a sua posição.

A pressão exercida pelos *media* exerce-se, de modo selectivo, seja do lado da oferta seja do lado da procura, embora todos saibam que os mecanismos de oferta e de procura não são idênticos na sua força. Finalmente, os contributos profissionalmente produzidos como *inputs* dirigidos para os

*media* através de diferentes formas de assessoria, conferências de imprensa e campanhas de relações públicas condicionam a abertura do sistema. Os destinatários destes *inputs* devem estar familiarizados com a velha intuição de Hanna Arendt, segundo a qual as virtudes praticadas na política não têm de incluir necessariamente a verdade

Neste jogo há negociadores dotados de um maior poder do que outros, pelo que fazer a análise fria do limites do jornalismo não é mesmo coisa que lançar um anátema condenatório que não resolveria nada. As notícias podem articular projectos alternativos de políticas públicas, divulgando, entre outros grupos populacionais, o interesse pelas suas causas. Não há dúvida que muitas formas de poder ilegítimo continuam a sobreviver. Porém, o uso do poder não fica imune a uma crítica.

### **Jornalismo, ideologia e análise discursiva**

Na prática quotidiana, a linguagem jornalística adopta frequentemente o pensamento, a linguagem e o conhecimento do “homem comum”. Esta ideia é verdadeira e tem imensas consequências políticas. O jornalismo constrói a realidade. A informação jornalística configura e estrutura a percepção de um modo que traz segurança ao homem comum. O homem comum detesta incertezas: tem horror à entropia. O homem comum não é Forrest Gump nem Homer Simpson e, se fosse, o jornalismo não era obrigada a tornar as redacções uma espécie de laboratório do pensamento cognitivamente débil. Porém, se o homem comum não é Forrest Gump às vezes gostaria de ser. Isto é, o homem comum assusta-se com o que é estranho. Mas isso não é sinal de imbecilidade mas antes um sintoma de conformismo estratégico, uma discreta manha que funciona perante os mais poderosos como estratégia de sobrevivência. As investigações relacionadas com os usos e gratificações demonstraram uma interessante conclusão: a leitura dos jornais não serve apenas as pessoas se informarem, mas desempenha uma função tranquilizadora dos receios, na medida em que servem para que a realidade, tantas vezes caótica, tenha uma certa ordem (Wolf, 1987: 61).

O pensador austríaco, Alfred Schutz (cfr. Correia, 2006:183-218; Correia, 2003: 181 - 213; Correia: 2005: pp.38-39) recordou-nos que as pessoas, no dia-a-dia, agem suspendendo as suas dúvidas, assegurando algumas certezas para tornarem o seu mundo mais tranquilo. Por isso, agem como se as coisas permanecessem idênticas e como se as receitas adquiridas pela experiência se revelassem universais e intemporais. Ou seja, regem-se por aquilo a que Schutz chama a atitude natural nas quais as pessoas não põem em causa as aparências e acreditam que é possível fazer de novo (aquilo que já fizeram) e obterem, de certeza, os mesmos resultados. Todos os imobilismos se auto proclamam como realistas e acusam os protagonistas de eventuais mudanças como sonhadores. Como assinala Meszaros citado por Moretzsohn (2007: pp. 64-65), o senso comum resiste à crítica pois relaciona-se com a ordem estabelecida. A natureza humana seria, pois, realista e conservadora. Porém, Schutz demonstra que basta mudar de lugar, de posição e de circunstâncias para sermos confrontados com a quebra das nossas certezas, com a experiência da estranheza, para exprimirmos algo que intuimos de de um modo muito metafórico quando dizemos: o nosso mundo está a ruir (Cfr. Schutz, 1976) O imobilista que prega a atitude mais realista fica “pregado ao chão”. Vê a sua maneira de conhecer perder relevância.

Numa descrição recente da atitude natural, a jornalista, académica ensaísta e escritora Sylvia Moretzsohn (2007:27), faz a descrição desta tal atitude: “Todo o dia é sempre tudo igual: a família moderna e feliz desperta para a sua rotina no cenário branco e amarelo de anúncio de margarina, a caminho do trabalho engarrafado no trânsito e cercado por *outdoors*, o executivo abre o teto solar do carro e vê o dia luminoso, liga o CD e imagina-se livre a cortar estradas de paisagens deslumbrantes;

o casal jovem e elegante usa o cartão de crédito como um controlo remoto que abre todos os sésamos (...).” Para que a metáfora não estrague o rigor dos conceitos, acrescente-se que, não foi pois, por caso, que Alfred Schutz, descreveu com uma precisão quase etnometodológica, a circunstância do estrangeiro: ou seja o excluído que perdeu uma atitude natural e, por isso, se sente inseguro e é catalogado pelos nativos (isto é pelos naturais) os quais continuam prosaicamente crentes na universalidade e quietude do seu mundo criando uma atitude relativamente natural. A modernidade tem uma vocação e taxinómica: gosta de uma espécie de comunidades que se assemelham a jardins bem organizados. A estranheza é como as ervas daninhas. Mas, graças á sua eficacia, o jornalismo contemporâneo farta-se de falar de outras hipóteses: a casa onde se desenvolve o cenário de margarina desaba; o executivo é despedido; a conta do cartão chega depressa a casa. Para que a atitude natural e o senso comum produzam o seu efeito, as ideologias intervem como uma categoria mental relacionada com a vida quotidiana. Robert Hodge e Gunter Kress insistem na ideia segundo a qual Saussure mereceu as críticas que foram enderaçadas ao seu formalismo abstracto ( Hodge e Kress, 1994: 43), pois a manutenção da análise no plano sistémico esquece a dinâmica dos dialogismos sociais. A forma do signos é condicionada pela organização sociais e pelas condições de interacção. Sem signos não há ideologia e toda a ideologia tem valor semiótico. Mas a ideologia não pode ser olhada como uma fenómeno monolítico impondo-se de forma irresistível a uma sociedade indefesa. Quem pensa de forma diversa destes autores generaliza a suspeita segundo a qual os jornalistas sacrificam a crítica, pois desempenham uma função ideológica, reforçam e reproduzem o conhecimento quotidiano e recomendam o uso de palavras simples para não perturbar as dificuldades do cidadão médio. Os críticos sobrevalorizam a capacidade dos jornalistas em conformar a realidade no sentido negativo. Essa conformação pode acontecer a médio e longo prazo. Mas a recepção e a emissão são fenómenos complexos e nenhuma mensagem existe nas sociedades modernas sem estar sujeita ao contraditório. A construção de certezas cognitivas implica a sua experimentação quotidiana através de enunciados, qualificações e silêncios que tipificam a realidade, gerando significados objectivos e escondendo o facto de que esses enunciados e qualificações não são neutros. Antes traduzem lutas simbólicas que têm consequências nos domínios sociais. Por isso mesmo, existem convenções narrativas e descritivas que dão aos enunciados jornalísticos um papel essencial na organização do conhecimento, dando-lhes um certo espaço, uma certa forma, uma determinada configuração que é a ordem pela qual se atribui uma ordenação ao universo da experiência. Porém, nenhuma convenção ou fórmula está imune à crítica e à multiplicidade de interpretações em conflito.

As práticas discursivas assentam, muitas das vezes, numa representação que, de certa forma, funcionam como um negativo fotográfico; representando-se o que é socialmente aceitável, estigmatiza-se o que desperta a fobia, e vice-versa. Constrói-se uma ideia vivida do que que é ser o “eu” e para catalogar o “outro”. (cfr. Bell and Garrett, 1998: p. 8). Os mecanismos de controlo social, no plano das representações verificadas nas notícias originam um discurso estigmatizante ou eufórico para certas formas de acção ou de identidade: numa época marcada por um discurso liberal, será fácil reconhecer macroestruturas no texto que enquadram de modo favorável, a categoria da livre iniciativa como é fácil entender que o contrário se passa quando o ar do tempo gera um pensamento contrário. Durante uma epidemia que seja mais visível no início em grupos de risco – mesmo que a relação de causa e efeito seja cientificamente desmentida – é provável que pelo menos uma parte do jornalismo faça uma representação estigmatizante desses tais sectores sociais em que tais comportamentos se verificam ou se julgam verificar-se.

É previsível que, numa época de dominação patriarcal, encontremos uma representação da mulher que provoque a crítica dos grupos que defendem os seus direitos. Ora, esta hipótese tem de

ser confrontada com o tempo, a geografia e a história e só é produtiva se implicar alguma investigação empírica. Algumas perguntas têm que ser feitas e refeitas muitas vezes:

Será que o campo jornalístico começa por apresentar uma visão negativa dos agentes que protagonizam mudança de mentalidades, mudando de opinião, apenas, quando a mudança já começou? Tal hipótese carece da intervenção das pesquisas relacionadas com agendamento para verificar o tempo que decorre desde a aparição de um tema e de uma certa representação do tema nos media por comparação com outras instâncias sociais.

Será que o campo jornalístico se revela mais conforme a opinião do vulgo do que conforme à opinião especializada? Mais uma vez seria necessário confrontar as visões dos *media* com as visões produzidas por outras instâncias científicas especializadas, com as representações efectuadas pelas audiências e outras. As pesquisas empíricas não são definitivas. As presunções sobre a audiência podem reflectir o elitismo dos jornalistas que acreditam estar a escrever para uma espécie de Forrest Gump. Por isso, as análises de recepção são, muitas vezes, decepcionantes.

Será que o campo jornalístico revela, nas análises atrás verificadas, características homogéneas? Ou seja, será que são todos iguais?

Será que, depois de uma explicação argumentada, não é possível que os *media*, nomeadamente ao nível do campo jornalístico, venham a desempenhar uma função diferente, contribuindo para uma alteração das percepções vulgares e rotineiras?

A crítica assegura que a relação entre as instituições noticiosas e a sociedade implica uma certa proximidade do senso comum e que ajuda a orientar os agentes sociais na sua acção sobre mundo. Os estudos levados a efeito na maior parte dos casos parece indicar um sentido predominantemente conservador. No coração das notícias, na sua linguagem, na sua metodologia do jornalista, influenciando as suas escolhas, a selecção das fontes e a elaboração final do relato, seja ao nível temático seja ao nível retórico, existem escolhas com consequências ideológicas. Porém, aceitando todas as cautelas implicadas na necessidade de uma resposta rigorosa a uma problemática delicada, parece que a explicação de Schutz (1967) pode ser um percurso interessante. Os *media*, tal como as pessoas, reproduzem numa primeira fase, uma visão relativamente natural, enunciam preconceitos e tipificações que claramente são defensivos e enunciam a sintonia com o que parece óbvio. Perante um sobressalto, quando o que defendem é posto em causa – isto é quando pressentem uma sensação de estranheza – mudam o seu sistema de tipificações. Esta constatação acaba por servir de fundamento para uma das qualidades profissionais e uma das exigências deontológicas apresentadas aos jornalistas: a atenção à mudança. Em condições de pluralismo acentuado os indivíduos são menos teimosos pois o seu sentido prático exige maior capacidade de adequação a situações novas em face da mudança das circunstâncias. As sociedades modernas são sociedades de pluralismo acentuado, a construção das cognições é mais fluida e sujeita a revisão no curto prazo; os discurso vigiam-se e denunciam-se, pelo que a descrição das circunstâncias está sempre sujeita a uma revisão permanente.

Um precioso auxiliar teórico e metodológico de uma teoria do jornalismo, no que respeita ao modo como este se relaciona com a esfera pública e a vida quotidiana reside nos desenvolvimentos proporcionados pela análise de conteúdo e pela análise de discurso. Uma das derivas destas análises tornou clara a relação com a Política e a Sociologia, foi fundamentada em grande na análise crítica do discurso a partir das obras de Norman Fairclough (2001) e Teun van Dijk (1988).

Por detrás da abordagem existe uma preocupação com a ideologia, um tema que é interdisciplinarmente abordado por Van Dijk, num desenvolvimento de grande interesse que contribui para a formulação de uma teoria sobre a notícia. No caso de Van Dijk (1998), um aspecto particularmente interessante é a recusa de um funcionalismo estrutural de sentido estrito. As práticas

discursivas quotidianas e as formas de interacção com as pessoas enquanto membros de um grupo são sistematicamente relacionadas com as dimensões socialmente construídas das mentes (Van Dijk, 1998: p. 22). A ideologia já não é o resultado de um reflexo mecanicista. Aqui a teoria tem três componentes particularmente interessantes: a função social, as estruturas cognitivas e a expressão e reprodução discursivas (*Idem*: 24). Por outro lado, algumas questões de enorme interesse dizem respeito à ligação entre o nível micro e macro de análise. As estruturas discursivas que contêm posições ideológicas provêm das microestruturas nos itens lexicais e na gramática e, por outro das macroestruturas ao nível dos temas (*Idem*: 7). As opiniões e as ideologias implicam crenças e representações mentais, no contexto de uma interacção complexa com o mundo social que é pragmaticamente motivada. A sua compreensão implica a articulação entre o nível cognitivo, social, institucional e político. (*Idem*: 22).. Esta análise supera uma concepção estruturalista ou funcionalista da cultura em sentido redutor permitindo articular o trabalho de George Herbert Mead (no âmbito da psicologia social) com outros universos mais ligados com o estudo do discurso. Van Dijk recusa-se a ver na ideologia a expressão de uma dominação de classe. Aquilo que verdadeiramente lhe interessa é a eficácia da ideologia na promoção dos grupos. A ideologia serve sobretudo como uma base axiomática das representações mentais partilhadas pelos membros de um grupo. A ideologia é constituída pelos princípios mais gerais que orientam a formulação dos juízos de apreciação social.. Esta abordagem articula a linguagem vulgar com a crença e a auto-representação interna do grupo. Grande parte das estratégias discursivas dizem respeito a esquemas identitários, introduzindo categorias de pertença (quem pertence ao grupo e quem pode ser admitido?), definição de práticas, de actividades e valores (o que é que aqueles que pertencem ao grupo fazem e porque é que fazem isso?), posições (quais as nossas relações com outros membros do grupo? e recursos (o que é que possuímos relevante para a definição da pertença?)) (Cfr. *Ibid. idem*). No caso do jornalismo, o quadro orientador do trabalho de van Dijk permite compreender a existência de uma ideologia de identidade profissional que remete para as questões relacionadas com quem pode pertencer, quem pode ser parte da profissão, quais os objectivos dos jornalistas, o que tem de fazer e porquê? Como se devem relacionar? Que meios dispõem para agir de forma adequada. Esta ideia remete a ideologia para o nível das estratégias de sobrevivência social. Por outro lado, a forte motivação pragmática e estratégica da ideologia de um grupo ou classe demonstra a sua natureza relativa; pode haver tantas ideologias quantos grupos sociais a que os indivíduos pertencem. A sua compreensão exige a participação de um conceito novamente retomado: o conceito de modelo graças ao qual as pessoas estruturam os acontecimentos da vida quotidiana controlando o conteúdo semântico do discurso. O plano ideológico é transformado em variáveis operativas nomeadamente em itens lexicais, proposições, implicações, pressupostos, implícitos, estrutura formal, polarização, categorias ideológicas que revelem preferências idealizadas.

A crítica assegura que a relação entre as instituições noticiosas e a sociedade implica uma certa proximidade do senso comum e que ajuda a orientar os agentes sociais na sua acção sobre mundo. Os estudos levados a efeito na maior parte dos casos parece indicar um sentido predominantemente conservador. No coração das notícias, na sua linguagem, na sua metodologia do jornalista, influenciando as suas escolhas, a selecção das fontes e a elaboração final do relato, seja ao nível temático seja ao nível retórico, existem escolhas com consequências ideológicas. Porém, aceitando todas as cautelas implicadas na necessidade de uma resposta rigorosa a uma problemática delicada, parece que a explicação de Schutz (1967) pode ser um percurso interessante. Os *media*, tal como as pessoas, reproduzem numa primeira fase, uma visão relativamente natural, enunciam preconceitos e tipificações que claramente são defensivos e enunciam a sintonia com o que parece óbvio. Perante um sobressalto, quando o que defendem é posto em causa – isto é quando pressentem uma sensação de estranheza – mudam o seu sistema de tipificações. Esta

constatação acaba por servir de fundamento para uma das qualidades profissionais e uma das exigências deontológicas apresentadas aos jornalistas: a atenção à mudança. Em condições de pluralismo acentuado os indivíduos são menos teimosos pois o seu sentido prático exige maior capacidade de adequação a situações novas em face da mudança das circunstâncias. As sociedades modernas são sociedades de pluralismo acentuado, a construção das cognições é mais fluida e sujeita a revisão no curto prazo; os discursos vigiam-se e denunciam-se, pelo que a descrição das circunstâncias está sempre sujeita a uma revisão permanente.

Um dos erros do pensamento iluminista “puro duro” é generoso. Consiste na ideia segundo a qual, se a dominação aristocrática e feudal pôde ser abolida, todas as formas de dominação podem ser abolidas. É um erro de perspectiva dos intelectuais burgueses que acreditavam que o exercício do poder por eles próprios seria o termo da dominação. Este erro gerou a categoria moderna da suspeita que, no limite, só não suspeita de si própria. A crítica da ideologia foi entendida como a chave da abolição da dominação universal. Numa primeira fase, só pensamento iluminista era legítimo. Quando o pensamento iluminista conheceu os seus limites – primeiro no Gulag; depois em Auschwitz – não quis ver. Quando finalmente se apercebeu das suas consequências gerou-se um movimento que pretendia lançar fora o bebé com a água do banho. O passo seguinte foi tudo por em causa numa voragem hermenêutica em que era preciso denunciar tudo a qualquer preço. Seguiu-se uma voragem normativa em que era preciso criticar os que não estavam alerta perante a dominação onnipresente. Nada estaria suficientemente bem. Ora, o exercício da suspeita tão praticada de forma democrática pelo jornalismo investigativo, não termina, nunca com a possibilidade da manipulação sobre a classe. Claro que há estratégias virtuosas que podem minimizar as ocasiões de os jornalistas serem marionetes nas mãos de interesses. Mas estas estratégias resultam da existência de um carácter formado na prática. Se a própria comunidade em que o jornalista se insere cultivar o cinismo e a hipocrisia, dificilmente pode queixar-se de o espelho retratar os seus defeitos. Finalmente, a força reflexiva da modernidade generalizou esta ambição de transparência. O pluralismo das sociedades contemporâneas acentuou a organização da resposta social contra os próprios media: ambientalistas, muçulmanos, negros e homossexuais, trotsquistas e neo-conservadores mobilizam-se e estudam os enunciados a fim de vigiar as estigmatizações ideológicas. A sociedade já enfrenta os seus media (Cfr. Braga, 2006). A proliferação de observatórios e de denúncias sobre a actividade mediática, a verificação intensa dos factos, a circunstância de estes poderem ser desmentidos em tempo real são condições que integram a sociedade contemporânea, A justificação da guerra do Golfo, as suspeitas de corrupção, o desejo de levar magnatas à barra do tribunal o criticismo sobre os *media* já exigem tantas cautelas quanto as formas de dominação tradicional. Tudo é temporariamente legítimo. Os segredos do poder ficam nus mas isso não elimina a força dos mistérios associados ao poder.

Os efeitos totais deram origem a novos efeitos: poderosos, por um lado, mas, ao mesmo tempo, limitados porque ao confrontarem-se com outros tão poderosos como eles, num ambiente de grande concorrência, cria-se um efeito de soma zero. Ainda assim, a soma não é certa: alguns têm parcelas mais vastas. Este relativismo tem dois riscos: o cinismo e ausência de confiança que corrói algumas formas de organização social e impede a segurança na formulação de critérios.

Apesar das formas de coacção e dos interesses que se manifestam nos diversos campos sociais, qualquer actividade cultural implica uma intencionalidade própria que deve ser definida independentemente dos seus constrangimentos organizacionais, económicos e políticos em que tal função é exercida; Tudo o que é humano é acentuadamente cultural. Nem a engenharia nem a medicina nem o jornalismo são imunes a interesses. Não é por isso que os seus praticantes ficam prisioneiros do impasse ético. Há interesses legítimos e ilegítimos, mas são todos interesses. Seria mais realista fazer todos os esforços para assegurar que os jornalistas tenham uma independência

cada vez maior relativamente aos que ocupam uma posição forte na relação contratual: a formação académica faz parte dessa independência. O discurso é constitutivo da reprodução dos objectos na vida social mas também intervém na sua transformação.

A força do jornalismo reside na sua capacidade de re-territorializar as culturas e os consumos, as mensagens e as referências, conferindo-lhe um cunho de quotidianidade e naturalidade. Nesse sentido, sob o ponto de vista temático, os *media* lidam com realidades múltiplas ao suscitarem a interacção entre o dia a dia e os campos especializados. Na síntese do quotidiano, procede-se a uma descontextualização de imagens que ajudam a formar e a transformar a percepção quotidiana das sociedades. De um certo modo, reduz-se a possibilidade dos acontecimentos mas simultaneamente abrem-se espaços que alargam os horizontes do quotidiano. A segurança não se esgota na ingenuidade.

O jornalismo não se define exclusivamente tendo por referência as condições institucionais em que é exercido. São dois níveis distintos de abordagem do fenómeno jornalístico que necessariamente se não devem confundir, da mesma forma que uma sociologia da profissão médica não esconderá a existência de profissionais deficientes ou de sistemas de saúde ineficientes sem que, por si só, tais patologias conduzam à condenação da própria medicina, da sua função social e da forma de conhecimento que lhe é própria. Esta digressão não significa uma cedência «romântica», «idealista» ou, pior ainda, «moralista» que desdenhe as condições factuais de exercício da profissão. Estas devem ser estudadas pelo estudante de comunicação que queira seguir jornalismo.

O profissionalismo consiste na autonomia desejável e possível de uma profissão nas condições de funcionamento de um determinado campo. Da mesma maneira que um médico não pode curar todos os doentes o jornalista não pode retratar todos os interesses. Quando muito, pode mostrar as condições em que se deu o acto de produzir enunciados, para que o receptor – que não é ingénuo – possa descortinar alguns dos interesses em jogo. O jornalismo tem uma função inscrita na sua razão de ser: criar espaços de mediação entre várias formas de saber diferenciadas, mantendo a distância em relação aos interesses, estilos cognitivos, tornando-os próximos e acessíveis ao senso comum dos cidadãos com menos capital cultural. Porém, esta função – embora seja um dos traços estruturantes da sua autonomia profissional que dificilmente é negado – não garante alcançar a estranheza e a distanciação totais. A vocação do jornalista para a curiosidade é todavia, tão insaciável – pelo facto de desejar que as coisas sejam públicas – que o impele a permanecer curioso nas condições em que a sobrevivência lhe aconselharia ser mais desconfiado.

Para além de exigir condições que garantam a sua independência, o jornalista tem que treiná-la. Tal só se consegue com uma atitude favorável a detecção de problemas que os mecanismos de intervenção institucional ligados aos diversos poderes têm dificuldades em identificar. Porém, não significa a ausência de intervenção de sistemas periciais dotados do capital cultural mais forte especializados na abordagem, tratamento e processamento desses problemas, de acordo com outros interesses que são os seus. Tal é o drama da dependência das fontes. Por isso, o jornalista deve promover a estranheza e a curiosidade como uma ignorância culta perante o que é óbvio e natural. Neste sentido, a distancia, a desconfiança a funcionam como uma virtude que deve ser estrategicamente cultivada e simultaneamente refreada, embora este freio só deva ser accionado com o recurso a critérios autónomos.

Podemos imaginar uma província de significado finito mais imune aos interesses imediatos onde os saberes dos sistemas especializados sejam processados de forma a serem objecto de uma apreciação mais crítica?

Sob o ponto de vista da preparação profissional, a natureza do jornalismo implica que que o jornalista busque o exercício de qualidades que permitam a execução daquilo para que o jornalismo serve. A representação do mundo dos estrangeiros pelos *média* nacionais demonstrou as

dificuldades com que se defronta a existência de modelos cognitivos alheios (cf. Correia, 2005: 40). Todos sabemos por Max Weber e pela ambição da objectividade nos assuntos humanos, o quão difícil é colocarmo-nos no lugar de outrem. O jornalismo aproxima-nos de realidades desconhecidas – fenómenos identitários que germinam nos bairros das metrópoles –mas, com intensidade e dolo diferentes, graças até às limitações temporais, só pode dizer o que pode, fazer as jogadas que as regras do seu jogo lhe permitem . Mas para evitar a impotência resultantes dos limites, convém aprender a linguagem em que se fala. Ora, a prática das qualidades que impeçam a dissolução das atitudes profissionais exige um ambiente de formação dessas qualidades – por um lado – e a existência das condições que permitam o seu treinamento e manutenção. Quer uma condição quer outra exigem a formação escolar e a protecção dessa formação por entidades isentas.

### Bibliografia

- Barthes R. , *Mitologias*, Lisboa, Edições 70, 1984
- Bell, A, and Garrett M. (1998), “Notes on contributors” in Bell, A. e Garrett, M. (1998), *Approaches to Media discourse*, Oxford, Blackwell Publishers, ix-xi.
- Braga, J. L. (2006), *A sociedade enfrenta sua mídia*, São Paulo, Paulus.
- Correia, J. C., (2006) “Regresso ao arrastão de Lisboa: algumas reflexões sobre Epistemologia do Jornalismo” in Alfredo Vizeu, Flávio Porcello e Célia Ladeira Mota (org.) *Telejornalismo: a nova praça pública*, Florianópolis, Brasil, Insular, pp. 193-220.
- Correia, J. C., (2003) , *Fenemologia e teoria dos dos sistemas ; reflexões sobre um econtro improvável* in Revista Filosófica de Coimbra nº 23, pp. 181-213.
- Correia, J. C. (2005), *A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz*, Lisboa, Horizonte.
- Gramsci, A.(1977), *Quarderni del carcere*, Vol. III, Torino, Einaudi.
- Habermas, J. (1996), *Between facts and norms*, Cambridge, MIT Press.
- Hodge, R. e Kress G., (1994), “Saussure and the origins of semiotics” in *The Polity Reader in Cultural Theory*, Oxford and Cambridge, Polity Press, 41- 52.
- Klapper, J. (1960), *The effects of mass communication*, New York, The Free Press
- Luckacs, G. (2003), *História e consciência de classe: estudos sobre a dialectica marxista*, São Paulo, Martins Fontes.
- Moretzsohn, S. (2007): *Pensando contra os factos: Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*, Rio de Janeiro, Revan.
- Schudson, M. (1995), *The Power of News*. Cambridge, Havard University Press.
- Schudson, M. (1996) “Was there ever a public sphere? If so, when? Reflections on the American case” in Calhoum, C. (Ed.), *Habermas and the public sphere*, Cambridge, Massachusetts and London, MIT Press. pp. 143-162.
- Schutz, A, (1967), *The Phenomenology of social world*, Evanston, Illinois, Northwestern University Press.
- Schutz, A. (1976), “The Stranger: an essay in social psychology” in Schutz, A., *Collected papers: studies in social theory*, Vol. II, The Hague, Martinus Nijhoff, 91-105.
- Van Dijk, T. (1998) “Opinions and ideologies in the press” in *Approaches to Media discourse*, Oxford, Blackwell Publishers, p. 21-63.
- Wolf, M. ( 19879, *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença.